

ATA DE REUNIÃO – Conselho Estadual das Cidades

Data: 02/05/2012

Hora: 9:00h

Local: Sala de Decisão – Palácio da Fonte Grande, 9º andar.

Pauta:

1. Aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;
2. Apresentação dos Termos de Referência (Plano Estadual de Habitação e Planos Municipais de Redução de Riscos);
3. Discussão sobre as apresentações;
4. Assuntos Gerais.

Discussões

1. Devido à ausência do Secretário Iranilson Casado, justificada por estar cumprindo um compromisso interno da agenda da Secretaria, o seu suplente e Secretário Geral Eduardo Calhau fez a abertura da reunião do Conselho, com a verificação do quorum e informação sobre a pauta da mesma.
2. Calhau passou então ao primeiro ponto da pauta, ou seja, a leitura da ata da reunião anterior para aprovação dos presentes.
3. Após a leitura, a conselheira Edilza solicitou a correção do pronome de tratamento de Nelcy Nilo para “Sra.”
4. Não havendo mais objeções, a ata foi aprovada e passada para assinatura dos membros.
5. Antes de dar início às apresentações, Calhau provocou o debate sobre a constituição e atuação das Comissões Temáticas, comentando sobre a necessidade de apoiar os municípios na implementação de seus respectivos PDMs e incentivar a elaboração de Planos Diretores de mais simples compreensão.
6. A conselheira Edilza colocou que deveria ser incentivada a criação de vários conselhos municipais e não só o do PDM.
7. O conselheiro Juscelino colocou a sua experiência na elaboração do PDM de Baixo Guandu, concordando com a sugestão do Calhau e ressaltando a importância da aglutinação dos diversos conselhos municipais dentro do conselho do PDM, uma vez que, nas cidades de menor porte, poucas pessoas se dispõem a participar efetivamente dos mesmos.
8. O conselheiro Wellington esclareceu que a sua sugestão de criar uma comissão dentro do ConCidades para estimular os municípios a formarem os respectivos conselhos engloba também a criação de um movimento junto à sociedade para

sua participação nos mesmos.

9. O conselheiro Mário colocou que, nesse sentido, o próprio ConCidades deve buscar a mídia como um veículo de comunicação e aproximação com a sociedade, procurando divulgar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Conselho.
10. Encerrando o debate, Calhau sugeriu que no segundo semestre, duas das reuniões ordinárias do ConCidades sejam descentralizadas, sendo realizadas no norte e no sul do Estado, como forma de aproximar o conselho da população capixaba, especialmente do interior.
11. Na sequência, passou-se à apresentação do Termo de Referência do Plano Estadual de Habitação – PEHAB, pela convidada Ana Emília Brasiliano Thomaz.
12. Depois da apresentação, o Presidente Iranilson Casado tomou a palavra, pedindo desculpas pela impossibilidade de estar presente durante toda a reunião do Conselho.

Aproveitou a oportunidade para atualizar alguns dados do déficit habitacional no Estado com base em informações do IBGE depuradas pelo Instituto Jones dos Santos Neves.
13. Em seguida, o conselheiro Dauri fez uso da palavra, parabenizando a convidada pelo trabalho e perguntando se o PEHAB adotaria o mesmo conceito de assentamentos precários subnormais adotado pelo IBGE.
14. A convidada Ana Emília esclareceu que os assentamentos precários identificados pelo IBGE serão o ponto de partida para o Plano. Entretanto, eles poderão ser ampliados, considerando que os municípios podem delimitar com maior precisão os limites reais dos assentamentos precários existentes em seu território.
15. A conselheira Edilza colocou que considera muito oportuno o Plano abordar também o atendimento às famílias com mais de três salários mínimos, especialmente pela oportunidade de implementação de uma política para que os grandes empreendimentos imobiliários destinem parte dos recursos para investimento na área social.
16. Finalizadas as inscrições para o debate, iniciou-se a apresentação do Termo de Referência dos Planos Diretores de Águas Pluviais/Fluviais, Planos Municipais de Redução de Risco e Projetos de Engenharia para 17 (dezessete) municípios pela assessora especial da SEDURB Ana Carolina Machado.
17. Ao final da apresentação, o conselheiro Mário perguntou sobre o critério de escolha dos 17 (dezessete) municípios contemplados.
18. Ana Carolina esclareceu que a escolha se deu por meio de um levantamento realizado pela Defesa Civil Estadual que identificou os municípios com maior número de decretações de emergência e ocorrência de perdas nos últimos anos.
19. Calhau complementou informando que a SEDURB não excluiu nenhum município dentre os priorizados na lista fornecida pela Defesa Civil, com exceção daqueles que já possuíam mapeamento de risco ou algum outro instrumento que pudesse

auxiliar na gestão de riscos, como é o caso de Vila Velha e Cariacica.

20. Mário questionou a não inclusão de Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que o município faz parte da mesma bacia hidrográfica dos municípios de Alegre e Castelo.
21. Calhau comentou que, embora a observação seja pertinente, nesse primeiro momento não foi possível incluir todos os municípios e que Cachoeiro não estava contemplado na lista da Defesa Civil. Esclareceu ainda, que melhorias realizadas à montante irão contribuir significativamente na redução das inundações também em Cachoeiro.
22. Wellington solicitou mais detalhes a respeito do cronograma de 18 (dezoito) meses previsto.
23. Ana Carolina e Calhau esclareceram que o prazo de 18 meses refere-se à elaboração de todos os 17 planos e projetos de engenharia, mas que no Termo de Referência está prevista a emissão da ordem de serviço por grupos de municípios, o que permite a elaboração de mais de um plano simultaneamente e, ainda, que a conclusão dos planos do primeiro grupo ocorra em 8 (oito) meses.
24. Wellington perguntou se o estudo que será realizado pelo DER para João Neiva tem interface com os estudos apresentados.
25. Calhau esclareceu que sim, que o estudo do DER poderá subsidiar o plano diretor de águas pluviais/fluviais.
26. Dauri tomou a palavra, questionando a não inclusão das bacias do Marinho e Formate no escopo dos Planos de Redução de Risco apresentados, pois entende que o Plano Diretor de Macrodrenagem de Vila Velha não contempla a redução de risco de inundação. Assim, deve ser analisada a relação investimento/resolutividade na contratação dos 17 planos. Sugere que o Fórum de Mudanças Climáticas seja consultado sobre a priorização dos municípios.
27. A conselheira Edilza colocou que entende que o trabalho contido nos Planos de Redução de Risco é bem mais abrangente que o Plano Diretor de Macrodrenagem, visto que o Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável (PDDUS) tem o objetivo de apontar as ações de obras de infraestrutura, como drenagem e macrodrenagem para minimizar as inundações dos bairros de Vila Velha.
28. O convidado Francisco Forza comentou que, muitas vezes, as empresas de saneamento e energia, acabam incentivando a ocupação irregular, uma vez que disponibilizam infraestrutura sem verificar a regularidade do loteamento.
29. Calhau informou que o Ministério público já notificou a Escelsa e a Cesan para não efetuarem ligações em loteamentos irregulares sob pena de responderem solidariamente pela ilegalidade.
30. Concluído o debate, Calhau finalizou a reunião, ressaltando a importância das discussões dentro das Comissões Temáticas.

Informes e Solicitações

1. O conselheiro Mário solicitou que o material das apresentações fosse enviado aos membros por e-mail;
2. O conselheiro Mário falou da dificuldade que teve para retirar a passagem "Cachoeiro x Vitória", uma vez que a mesma estava disponível apenas na rodoviária de Vitória. Portanto, comprou a passagem desse trecho, sendo reembolsado pela empresa quando se apresentou no guichê de Vitória.

Encaminhamentos

1. Não foram suscitados encaminhamentos.

Membros Presentes

Iranilson Casado

Presidente do Conselho

*Secretaria de Estado de Saneamento,
Habitação e Desenvolvimento Urbano -
SEDURB*

Eduardo Calhau

Membro Suplente

*Secretaria de Estado de Saneamento,
Habitação e Desenvolvimento Urbano -
SEDURB*

Maria Ruth Paste

Membro Titular

*Secretaria de Estado de Transportes e Obras
Públicas – SETOP*

Maria José Senna Martins

Membro Suplente

*Secretaria de Estado de Transportes e Obras
Públicas – SETOP*

Latussa Laranja Monteiro

Membro Suplente

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Alcionis Ennes

Membro Titular

Secretaria de Estado de Assistência Social e

Direitos Humanos - SEADH

Edilza Maria da Silva Felipini

Membro Titular

União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Jucelino Brzesky dos Santos

Membro Titular

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Dauri Correa da Silva

Membro Titular

*Federação das Associações dos Moradores e
Movimentos Populares – FAMOPES*

Mario Cesar do Nascimento

Membro Titular

*Federação das Associações dos Moradores e
Movimentos Populares - FAMOPES*

Aglaé Matos Waehneltd

Membro Titular

Associação Brava Gente.org.br

Gustavo Matos Waehneltd

Membro Suplente

Associação Brava Gente.org.br

Helena Zorzal Nodari

Membro titular

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Estado do Espírito Santo -
IDURB*

Wellington Fornaciari

Membro Titular

*Associação dos Municípios do Estado do
Espírito Santo - AMUNES*